

# A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff

André Luiz Coelho (1) e Mateus Mendes (2)

1- Professor Adjunto da Escola de Ciência Política (ECP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde coordena o Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul-Unirio). Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (Iesp-Uerj).

2- Mestrando de Ciência Política / Relações Internacionais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (Grisul-Unirio).

O modelo teórico do neogolpismo consegue explicar a destituição da presidenta Dilma Rousseff (2016)? Responder a essa pergunta é o principal objetivo do presente trabalho. Nesse sentido, buscou-se cumprir três objetivos específicos. O primeiro deles é discutir o referido marco teórico, levando em conta que esse fenômeno resulta da interação dialética entre as instituições políticas formais e os protestos de rua. A segunda parte do artigo analisa a dimensão institucional da destituição de Rousseff e a terceira aborda as manifestações populares que concorreram para a sua saída do poder em 2016.

Nossa conclusão é de que alguns aspectos particulares do processo de impeachment de Dilma Rousseff indicam que o *modus operandi* do neogolpismo recente na América Latina passou por transformações, mudanças essas que podem ser caracterizadas como um aprimoramento dessa estratégia de

destituição. O principal aspecto dessa sofisticação remete à forma lenta pela qual se deu o neogolpe no Brasil, uma vez que a derrubada de Rousseff deita raízes em 2013.

Finalmente, é importante frisar que artigo tem seu foco prioritário na movimentação das forças identificadas com partidos e movimentos autodeclarados de direita. Não se trata de olvidar a dialética do conflito político, senão de uma estratégia metodológica que decorre da impossibilidade de alcançar a completude de eventos da monta do neogolpe, sobretudo dentro do espaço reduzido de um artigo.

## O conceito de golpe de Estado e os neogolpes na América Latina

Com o passar do tempo, o conceito de golpe de Estado passou por mudanças devido às transformações da própria sociedade, como será demonstrado nos parágrafos a seguir. Já o conceito de neogolpe se origina na necessidade

de explicar que os golpes ocorridos na América Latina desde 2009 que, ao mesmo tempo que preservaram alguns aspectos das definições clássicas de golpe de Estado, também se ajustaram às mudanças da sociedade, com novas características e *modus operandi*.

O primeiro registro moderno do termo “golpe de Estado” ocorreu no século XVII. Era uma definição ajustada ao absolutismo, referindo-se a movimentos palacianos, que envolviam poucas pessoas e eram promovidos pelos soberanos para obter mais poder. A partir da Revolução Francesa, a complexidade do Estado burguês fez com que o termo passasse a descrever algo que envolvesse um número maior de participantes. Porém, ainda tinha no titular do poder um personagem central (BARBÉ, 2010; COELHO; MONTEIRO, 2017; BIANCHI, 2019). Uma importante transformação ocorrida nos golpes de Estado já no século XIX reside no fato de que para além de serem uma estratégia para obter mais poder, passaram a ser também uma operação promovida para se tomar o poder (BIANCHI, 2019).

Ao longo do século XX, os golpes militares se tornaram a forma predominante de golpe de Estado (BARBÉ, 2010; BIANCHI, 2019). A esse respeito, são necessárias três observações. Eles quase sempre foram operados com o intento de tomar o poder e não de preservar ou aumentar o poder do mandatário. Essa modalidade de golpe possui(ía) algum(ns) militar(es) à frente do processo e o governante deposto era

sucedido por um militar ou por uma junta militar. Em terceiro lugar, afirmar que golpes militares foram a versão mais comum de golpe de Estado no século XX não significa que essa modalidade seja restrita ao século passado.

Finalmente, mas não menos importante, a despeito do protagonismo explícito dos militares nos golpes que marcaram o século XX, registre-se que, em todo *coup d’État*, as Forças Armadas sempre constituem personagens importantes. Sua participação pode ser: 1) aberta e direta, com mobilização ostensiva de tropas ou; 2) discreta ou indireta, por omissão ou neutralidade (BARBÉ, 2010; PERISSINOTO, 2016).

Dessa maneira, percebe-se que as mudanças ocorreram nas bordas do conceito. Todavia, o leitmotiv foi preservado: em todos os tempos, golpe de Estado é uma ação contrária à lei comum (BARBÉ, 2010; PERISSINOTO, 2016; BIANCHI, 2019) e é “basicamente o rompimento das regras do jogo sucessório” (PERISSINOTO, 2016, p.2). Porém, “não é a ilegalidade, a força ou a mudança do regime político que caracteriza o golpe, e sim o uso de recursos excepcionais por parte de uma fração do aparelho de Estado” (BIANCHI, 2019, p.59).

Para Álvaro Bianchi (2019, p.58), golpe de Estado “é uma mudança institucional com vistas à redistribuição do poder político promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza medidas e recursos excepcionais que não fazem

parte das regras usuais do jogo político”.

Cabe observar que um golpe pode ou não ser precedido, acompanhado ou seguido de mobilizações populares, e que, na esteira do golpe, sói o reforço do aparato repressivo e a perseguição ou eliminação da oposição ou da resistência (BARBÉ, 2010).

Renato Perissinoto (2016) afirma que caracterizar um evento como golpe exige identificar os personagens e os meios. Golpes de Estado são operações realizadas desde o próprio Estado e operados por parlamentares, juízes, promotores ou uma coalizão deles, com a participação ativa dos militares, ou, no mínimo, o silêncio cúmplice destes. Os meios para o desfecho de um golpe são: a força, o cerceamento institucional, o uso de coalizões políticas, a aplicação oportunista da lei ou uma combinação desses meios.

O que se pode depreender por esse breve histórico é que não há novidade no fato de que os que executam um golpe buscam atualizar seus métodos. Fabrício Pereira da Silva (2019, p. 134) observa que “se o golpe se metamorfoseou ao longo do tempo e foi nomeando fenômenos distintos, nada impede que essa transformação continue ocorrendo”.

Conquanto instabilidade política e golpes de Estado sejam uma constante na história da América Latina, a derrubada de Manuel Zelaya (Honduras, 2009) possui feições distintas de outros golpes de Estado ocorridos no século XX

na região. A interrupção dos mandatos de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016) abriu uma linha teórica e interpretativa que classifica esses fenômenos como “neogolpes”: são golpes de Estado, ainda que com novas feições.

Dentre os que trabalham que discutem o conceito de “neogolpe” na América Latina, destacam-se: André Coelho e Leonardo Valente Monteiro (2017) e Fabrício Pereira da Silva (2019). Além desses, há os que, embora não usem o termo, consideram tratar-se de um golpe com novo perfil, como Álvaro Bianchi (2019), Josué Medeiros (2018), Jorge Chaloub e Pedro Luiz Lima (2018) e Renato Perissinoto (2016). Frise-se que Bianchi (2019) e Chaloub e Lima (2018) falam especificamente sobre o caso brasileiro, enquanto Medeiros (2018) e Perissinoto (2016) deixam claro que se trata de um fenômeno que não se restringe ao Brasil.

As principais características de um neogolpe são o não protagonismo das forças armadas e a manutenção da ordem institucional, ainda que os instrumentos institucionais sejam subvertidos, com vistas a escamotear o caráter golpista do processo e assim ludibriar a opinião pública internacional (COELHO; MONTEIRO, 2017; PEREIRA DA SILVA, 2019).

Coelho (2017) explica a motivação para essa atualização do *modus operandi* do *coup d’État*, especialmente no que toca à mudança de quem agencia o golpe:

*Teria ocorrido um aprendizado por parte*

*das forças conservadoras acerca do alto custo da realização de um golpe militar clássico nos moldes concretizados no passado, já que no atual momento tanto a população como a opinião pública internacional não percebem com bons olhos o retorno do autoritarismo, exercendo forte pressão para que esse tipo de estratégia não seja mais utilizada (COELHO, 2017, p.14).*

O termo “neogolpe” possui três vantagens. Além de deixar claro que é um golpe de Estado, porém, com novos métodos, foge de adjetivações que falam mais sobre o enfoque de quem analisa o evento do que do fenômeno em si, afinal,

*A depender da ênfase do narrador e do contexto da narrativa em que o termo desponta, o golpe de 2016 aparece quase sempre acompanhado de um dentre três adjetivos: parlamentar, jurídico (ou constitucional) e midiático. Por vezes, forma-se uma justaposição para incrementar o qualificativo, estando o golpe revestido ora de um caráter midiático-parlamentar, ora de uma natureza jurídico-midiática – e de tantas outras possíveis combinações (LIMA; CHALOUB, 2018:202).*

Tal observação dialoga com as considerações feitas por Perissinoto (2016, p.5), para quem identificar agentes significa distinguir os “perpetradores intencionais” e os que “criaram as condições e o clima para que o golpe triunfasse”. Para o autor, o

golpe de 2016 foi essencialmente parlamentar coadjuvado por outros quatro personagens: as ruas, a mídia, o STF e “Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal e os efeitos da Lava-Jato” (p.6).

A evocação da participação das ruas e da mídia na destituição de Rousseff permite assinalar um equívoco cometido por muitos analistas. Ao se apegarem demasiadamente à forma e aos ritos, parte da academia negligenciaria um aspecto importante da dinâmica política (MIGUEL, 2019; PEREIRA DA SILVA, 2019; PERISSINOTO, 2016; PÉREZ-LIÑAN, 2007; HOCHSTETLER, 2007), o que pode comprometer a análise de fenômenos multivariados como o golpe de 2016.

Nessa linha, Coelho (2016) destaca a existência das duas principais chaves analíticas utilizadas para se interpretar a instabilidade e as derrubadas de presidentes na América Latina: 1) a que privilegia a sociedade civil e os movimentos sociais e; 2) aquela que busca a explicação institucional. Não obstante, assevera o autor que “a queda dos governos geralmente envolveria uma “interação dialética” entre o povo e as instituições, nas quais os protestos das ruas adquiriram um papel determinante” (COELHO, 2016, p.15).

Por fim, cabe estabelecer algumas distinções. Nos anos 1990, muitos presidentes caíram por promover o chamado *policy switch* (estelionato eleitoral) – que significa governar de forma oposta às propostas eleitorais. Naquele período, as mudanças

foram da esquerda para a direita: quando candidato à presidência, propostas de Estado indutor de programas sociais; quando governo, ajustes neoliberais (STOKES, 2001). Aqui temos uma diferença na relação entre a política econômica e a estabilidade/instabilidade política: se nos anos 1990 os presidentes caíam porque promoviam reformas neoliberais, agora, os presidentes caem porque não aderem – ou não na intensidade desejada – ao neoliberalismo. Dessa maneira, logo depois do golpe, são implementadas reformas neoliberais. Ademais, cabe ainda marcar que onde ocorreu neogolpe, presenciamos também inflexões na política externa desses Estados no sentido de um alinhamento aos interesses dos Estados Unidos.

Em que pese a semelhança com outros neogolpes ocorridos na América Latina, o golpe no Brasil distingue-se também em relação a eles. Nos casos hondurenho e paraguaio, as ações se caracterizaram por sua rapidez, objetividade e ausência de mobilizações populares (COELHO, 2016). Em Honduras, o hiato entre a instalação da crise institucional e a derrubada de Zelaya pode ser, a depender do parâmetro adotado, de 13 semanas – se contado a partir do primeiro decreto (24.mar.2009) convocando o plebiscito para junho de 2009 – ou de quatro dias – quando, a quatro dias do plebiscito, o Congresso decretou que estavam proibidas por 180 dias consultas desse tipo. No Paraguai, a operação foi ainda

mais veloz: sete dias de crise – a contar do “Massacre de Curuguaty” [3] – e 48 horas de processo de impeachment. Já o caso brasileiro estendeu-se por três anos e contou com intensa mobilização popular, praticamente ausente nos casos de Honduras e do Paraguai.

Isso posto, analisaremos nas seções seguintes o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 sob a chave do neogolpismo e em especial como se articulou a interação dialética entre as instituições e as ruas para a destituição de Rousseff. A seção seguinte apresenta o papel das instituições políticas formais na execução do neogolpe de 2016.

### **A dimensão institucional do neogolpe no Brasil**

Como afirmado anteriormente, acreditamos que explicações sobre a destituição de Dilma Rousseff que se concentrem unicamente em aspectos excessivamente formais e na existência ou não de rompimento institucional não são capazes de diagnosticar a quebra do pacto democrático decorrente do referido episódio. Ademais, sabemos que ao longo da história boa parte dos golpes de Estado buscaram se legitimar em algum traço de institucionalidade, mas que também os protagonistas desses mesmos golpes buscaram a criação de uma nova institucionalidade, com o intuito de legitimar e proteger os novos governos que acabaram de ser formados (BARBÉ, 2010; PEREIRA DA SILVA, 2019). A seguir, discutiremos os três principais grupos que atuaram na

dimensão institucional do neogolpe: 1) a frente parlamentar; 2) a frente jurídica; 3) a frente midiática.

### A frente parlamentar

Do ponto de vista histórico e legal, no presidencialismo o julgamento dos atos do chefe do Executivo é costumeiramente uma atribuição do Legislativo. Politicamente, observa Aníbal Pérez-Liñán (2007, p.3) que, diante das inflexões conjunturais do pós-Guerra Fria, as elites latino-americanas passaram a ter no *impeachment* o “instrumento mais poderoso para substituir presidentes ‘indesejáveis’”

Como sabido, em um sistema político multipartidário, o presidente busca na formação de uma ampla coalizão de partidos apoio ao seu programa de governo e efetivamente condições que assegurem sua governabilidade. Luis Felipe Miguel (2019) observa que muitas vezes a negociação entre o Chefe do Executivo e os partidos com o objetivo da formação dos gabinetes ministeriais – ainda que sejam atividades intrínsecas à política – são tidas por outros atores (como a mídia e parte da opinião pública) – por ingenuidade ou má-fé – como práticas espúrias, baseadas no clientelismo e na compra de apoio. Acontece que, em um sistema presidencialista multipartidário, se um presidente/governo não consegue obter a maioria das cadeiras do parlamento, a não formação de uma coalizão majoritária pode resultar em

eventos como a não aprovação de leis, paralisa decisória e, em última instância, até no *impeachment* presidencial.

Segundo André Singer (2018), concorreram para o impedimento da ex-presidenta tanto sua iniciativa de gestão do Estado brasileiro”, quanto a sua inobservância ao trato político. Ao buscar nomear quadros com perfil mais técnico que político (com o intuito declarado de dar maior eficiência à máquina pública e desmontar esquemas de corrupção), Dilma Rouseff acabou tendo problemas em assegurar a fidelidade de alguns partidos e parlamentares ao seu governo. Ao mesmo tempo, mostrava-se pouco afeita a práticas intrínsecas ao exercício político, como a negociação. A título de exemplo, durante todo o seu primeiro mandato recebeu para reuniões exclusivas menos políticos (15) do que a média semanal recebida pelo então vice-presidente Michel Temer (25).

A abertura do processo de *impeachment* (abr.2016) refletiu a condição minoritária do governo na Câmara, situação patente desde a derrota do Planalto na eleição para presidente da Casa (fev.2015). Na ocasião, o governo lançou Arlindo Chinaglia (PT-SP), que obteve 136 votos. Quem saiu vitorioso, com 267 votos, foi Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Foram também candidatos Chico Alencar (PSOL-RJ) e Júlio Delgado (PSB-MG), com oito e 100 votos, respectivamente.

Na votação do impedimento, o

resultado foi de 367 votos, o que é igual à soma de Cunha e Delgado.

Ambas as votações refletiam a mudança da relação de forças no interior do Congresso entre as eleições de 2010 e 2014. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a partir da eleição de 2014, a composição do Congresso passou a ser a mais conservadora desde 1964 (VALOR, 2015). De acordo com o Diap, a bancada de sindicalistas diminuíra, enquanto a do patronato aumentara. Some-se a isso o fato de que os parlamentares ligados à temática da segurança passaram de 27 (UOL, 2011) para 55 (VALOR, 2015). Do ponto de vista partidário, houve uma redução nas bancadas de esquerda e centro-esquerda: PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL, juntos, perderam 39 parlamentares [4].

O movimento na direita e na centro-direita é muito mais intrincado. Com exceção do PSDB, que cresceu uma cadeira, as principais legendas tiveram suas bancadas reduzidas. Acontece que entre 2010 e 2014, surgiram novas siglas nesse campo ideológico, como PSD e SD. Além disso, esse campo possui enorme fragmentação, com partidos com bancadas inferiores a cinco parlamentares. Comparando apenas as bancadas dos partidos desse espectro ideológico que em 2011 e/ou em 2015 possuíam mais de 10 parlamentares (PMDB, PSDB, PP, DEM, PR, PTB, PSC, PV, PPS, PRB, PSD, SD e PROS), a bancada de direita e centro-direita teve um acréscimo de 20 cadeiras.

## A frente jurídica

Além dos parlamentares, o neogolpe contou também com a atuação de membros do sistema de Justiça. Observa-se nesse sentido que alguns desses agentes concorreram para alimentar o noticiário e assim manter permanentemente agitados os cidadãos da chamada “nova direita” [5]. O componente jurídico do golpe possuía uma forma ativa e outra passiva. Enquanto alguns agentes promoviam o *lawfare*, outros se omitiam diante da violação de garantias individuais e do uso político do direito e do sistema repressivo do Estado. Cumpre destacar que os dispositivos jurídicos que concorreram para desestabilizar o governo Dilma continuaram operando mesmo após o *impeachment*, como bem ilustra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018.

A partir de junho de 2019, o site *The Intercept Brasil* passou a promover, isoladamente e em parceria com outros veículos, uma série de reportagens da chamada *Vaza Jato*, em alusão à Operação Lava Jato. A *Vaza Jato* denunciou não apenas a relação irregular que o então juiz Sérgio Moro mantinha com os membros do MPF responsáveis pela Lava Jato, mas também como a operação possuía caráter político, servindo para mobilizar parte da opinião pública a favor dos interesses políticos dos integrantes da força-tarefa e do atual ministro da Justiça e Segurança Pública.

Cristiano Zanin (2016) define *lawfare*

como “o uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguição política”, um quadro no qual o direito é usado como “arma de guerra”. Uma de suas características fundamentais é “o uso de acusações frívolas, ou seja, acusações sem provas, sem materialidade” que são tratadas pela imprensa como se respaldadas em prova. Ele converte a presunção de inocência em presunção de culpa (JUSTIFICANDO, 2016B).

Sendo o ex-presidente Lula (2003-2010), os perpetradores do golpe decidiram neutralizá-lo, e a arma escolhida para isso foi o *lawfare*. Por outro lado, no transcurso do neogolpe, o principal, mas não o único, operador do *lawfare* foi o ex-juiz Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato (OLJ). Entre os fatos que sustentam a prática política da OLJ, destacam-se a condução coercitiva de Lula e a gravação e divulgação de uma conversa do ex-presidente Lula com a então presidenta Dilma Rousseff. Em ambos os casos, houve omissão dos órgãos superiores.

Essa falta de limites ao exercício de poder por parte do Estado e o uso do direito como arma política criam o que Rubens Casara (2018) chama de “Estado Pós-Democrático”. Nele, “a democracia permanece, mas não como um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador” (p.23). Há um aspecto do *lawfare* e do Estado Pós-Democrático extremamente particular no neogolpe no Brasil. Trata-se da espetacularização da ação penal, que

transforma as garantias individuais em um obstáculo ao fim esperado, qual seja, a condenação. A ação penal é apresentada como drama televisivo enredado por “um discurso construído para agradar ao grande público, às maiorias de ocasião forjadas pelos meios de comunicação de massa” (CASARA, 2018, p. 163).

Além disso, as nomeações para a Polícia Federal (PF) e para o MPF e as indicações para o STF também contribuíram para o desfecho final. Tanto para as nomeações quanto para as indicações, Lula e Dilma optaram por evitar o conflito não escolhendo nomes que pudessem ser vinculados ao partido ou à esquerda (MIGUEL, 2019; SINGER, 2018; SOUZA, 2016). No caso da PF e do MPF, os dois ex-presidentes cederam às corporações e passaram a subscrever os escolhidos dentro das respectivas categorias. No tocante às indicações para o Supremo, Lula e Dilma “optaram, quase sempre, por demonstrar moderação, preferindo juristas conservadores e com trânsito nos partidos de direita” (MIGUEL, 2019, p. 174).

### **A frente midiática**

Antes de analisar as contribuições da mídia para o neogolpe de 2016, é importante trazer algumas reflexões teóricas que subsidiam a inclusão dos meios de comunicação de massa na parte da análise dedicada às instituições, afinal, sob a ótica ortodoxa da Ciência Política, a mídia não se



enquadra como uma instituição. Como observa Miguel (2019, p. 119), “em geral, os modelos com os quais a Ciência Política trabalha ignoram a mídia ou, no máximo, concedem a ela um papel secundário”.

Sob a ótica gramsciana, hegemonia é a combinação de força e consenso, devendo esse ser o apoio principal. O consenso que justifica e mantém o poder das classes dominantes é construído não apenas por instituições públicas, mas também privadas, constituindo assim o que Gramsci chamou de “Estado ampliado”: a soma dos aparelhos de hegemonia públicos com os aparelhos privados de hegemonia, dentre os quais os meios de comunicação. Uma das funções da mídia no capitalismo é construir uma opinião pública favorável a medidas impopulares que o Estado planeja implementar (LIGUORI; VOZA, 2017).

O papel da mídia na manutenção da ordem capitalista e na formação de uma opinião pública congruente aos interesses da classe dominante ajuda a compreender as quedas de presidentes na América Latina. Segundo Pérez-Liñán (2007, p.9), o amadurecimento da democracia reduz a capacidade de atuação dos militares nas crises políticas, abrindo espaço para outras instituições, como a imprensa e o judiciário. Como dito, as elites regionais passaram a ter no *impeachment* seu instrumento para substituir governos “indesejáveis”. Nesses casos, o objetivo é facilitado quando a mídia promove uma cobertura negativa ao governo, de

modo a insuflar manifestações contra ele.

O referido autor sinaliza que “a imprensa latino-americana está cada vez mais disposta a mergulhar em políticas desonestas” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.68). Com efeito, a mídia brasileira concorreu para o processo de destituição de Dilma Rousseff de duas formas distintas. A primeira diz respeito à cobertura dos protestos de 2013 e também das manifestações favoráveis ao *impeachment* (tema que será melhor apresentado na próxima). A segunda se refere à cobertura da OJ. Como já indicado, o *lawfare* conta com a espetacularização da ação penal, de forma a construir uma opinião pública favorável à condenação. Parte dessa atividade passa pela apresentação da acusação, das declarações dos juízes, promotores e policiais como sendo fato, dispensando assim uma maior investigação do jornalista ou mesmo do contraditório (CASARA, 2018).

Dessa maneira, grande parte dos meios de comunicação de massa ajudou a fomentar na opinião pública um discurso que reforçava a corrupção de membros do governo e, principalmente, do Partido dos Trabalhadores (PT), como também a incompetência da presidenta em relação ao manejo da economia do país, tanto no plano doméstico como também no internacional e, finalmente, reforçando sua incapacidade governativa de formar coalizões majoritárias no Congresso que fossem estáveis e duradouras. Assim, os rumos

dos eventos foram definidos pela capacidade de cada lado em mobilizar o povo. No entanto, o resultado foi fruto também pela forma como o governo e as esquerdas reagiram aos sucessivos eventos iniciados ainda em 2013, mas como também acabaram contribuindo para que a oposição ganhasse força dia após dia.

Do ponto de vista da mídia, Miguel (2019) explica que os governos do PT não conseguiram construir um ambiente comunicacional plural. O autor afirma que a enorme concentração na mídia brasileira prejudica o debate de ideias e o contraditório, contribuindo para a formação de uma opinião pública harmônica aos interesses das classes dominantes. Por outro lado, dentro do que lhe era discricionário, Miguel (2019, p. 132) afirma que o Executivo tomou algumas iniciativas que “desagradaram os donos da mídia”, como na “pulverização da verba publicitária” e no “aprimoramento da comunicação estatal”.

Finalmente, entendemos que existiram situações nas quais o governo poderia ter atuado para tornar o ambiente midiático brasileiro mais democrático e plural, mas não o fez. Segundo Venício de Lima (2015, p. 111),

*o viés direitista dos oligopólios de mídia não deve, todavia, absolver a esquerda de suas responsabilidades ou de seus erros. Evidentemente não se pode atribuir a existência de esquemas perversos de corrupção ao viés direitista*

*da mídia. Da mesma forma, não se pode ignorar que, ao longo de todos esses anos, a esquerda não foi capaz de construir um sistema alternativo de mídia que criasse as condições necessárias para a expressão pública das vozes da imensa maioria da população brasileira que continuam excluídas e não representadas no debate público.*

*A exemplo do que ocorre nas principais democracias representativas liberais do mundo, torna-se inadiável um novo e democrático marco regulatório para os meios de comunicação que busque criar o equilíbrio entre os sistemas privado, público e estatal como reza o artigo 223 da Constituição Federal de 1988.*

### **A dimensão societal: os protestos populares e o neogolpe no Brasil.**

A importância das manifestações populares nas ruas durante crises políticas na América Latina tem ganhado atenção de alguns analistas. Além da já citada observação de André Coelho (2017, p.15) de que “a queda dos governos geralmente envolveria uma ‘interação dialética’ entre o povo e as instituições, nas quais os protestos das ruas adquiriram um papel determinante”, pode-se trazer também a contribuição de autores e autoras como Luis Felipe Miguel, Aníbal Pérez-Liñán e Kathryn Hochstetler.

Como observa Miguel (2019), “as ‘jornadas de junho’ de 2013 foram um fenômeno complexo, cujo primeiro resultado foi revelar que os modelos

com os quais os analistas políticos em geral trabalham, restritos às instituições, são insuficientes para apreender a dinâmica do conflito social” (p.154). Já Pérez-Liñan (2007) afirma que

*Os impeachments são prováveis quando a mídia de massa investiga e expõe sistematicamente escândalos políticos e quando o presidente falha em manter um controle rígido sobre o Congresso [...] Quando uma ampla coalizão social sai às ruas para exigir a renúncia do presidente, a queda do governo geralmente está à vista. (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p.3)*

Hochstetler (2007, p.10), após analisar contestações de presidentes na América do Sul entre 1978 e 2003, afirma que “a presença ou ausência de protestos populares de rua desempenhava, então, um papel central no sentido de determinar que presidentes realmente cairiam”. Ela identifica três cenários de contestação: i) manifestações populares de rua, ii) ações legislativas e iii) combinação de manifestações populares de rua e ações legislativas. Nenhuma contestação exclusivamente pela via parlamentar logrou interromper o mandato presidencial. Contestações apenas por pressão popular triunfaram em 83,3% (5 casos), índice próximo das que envolveram a associação de pressão popular e ação legislativa, 87,5% (7). A partir dessa observação, Hochstetler (2007, p.39) aconselha os cientistas políticos a “dedicar mais atenção às

relações Estado/sociedade, a fim de compreender os resultados políticos e a qualidade da democracia, em vez de dar tanto destaque às instituições de elite”. Se para entender a evolução das crises políticas é necessário analisar as manifestações populares associadas às crises, no caso do neogolpe de 2016, há que se retroceder a junho de 2013 (PINTO, 2019; ROCHA, 2019; SINGER, 2018; FREIXO, 2016; SOUZA, 2016).

### **Os protestos populares ocorridos entre 2013 e 2016**

André Singer (2018) segmenta as manifestações de junho de 2013 em três fases: entre os dias 6 e 13; entre 17 e 20; e de 24 ao final do mês. Na primeira fase, o número de manifestantes e de cidades com atos cresceu lentamente. No dia 2 de junho, houve reajuste na tarifa do transporte público em diversas capitais brasileiras. No dia 6, ocorreu em São Paulo a primeira manifestação contra o reajuste. No dia 13, a estimativa mais otimista (dos organizadores) fala em vinte mil pessoas em São Paulo e atos menores em algumas outras cidades.

Na segunda fase, observa-se um crescimento exponencial do número de manifestantes e de cidades com atos. Já no dia 17 (segunda-feira), mais de duas centenas de milhares de pessoas foram às ruas em pelo menos vinte pontos do país, sendo onze capitais. No final da segunda fase (20.jun.), mais de 1,5 milhão de pessoas ocuparam as ruas em mais de cem cidades em todos os

estados do Brasil. Na terceira rodada, embora os números continuassem altos, houve uma redução relativa: mais de um milhão de manifestantes distribuídos em dezenas de cidades por todo o país (SINGER, 2018).

Do ponto de vista qualitativo, a segunda fase é o período mais importante, quando começaram a aparecer os principais traços que fazem daquele inverno um momento-chave para entender o neogolpe de 2016 e o Brasil contemporâneo. Ao longo daqueles quatro dias, pautas e discursos de direita começaram a disputar espaço com as de esquerda até se tornarem predominantes. Manifestantes de esquerda foram hostilizados e até mesmo agredidos; as camisetas vermelhas foram substituídas pelas da seleção brasileira de futebol e as bandeiras de partido perderam lugar para as do Brasil. Na terceira rodada, as manifestações já tinham um perfil preponderantemente de direita (SINGER, 2018; FREIXO, 2016; SOUZA, 2016).

Céli Regina Jardim Pinto (2019) observa que, a partir de 2013, as ruas passaram a ser ocupadas por grupos com posições de direita. A autora faz ainda duas observações: isso configurava uma mudança do perfil das manifestações em relação ao que se via desde os anos 1980, quando as ruas eram ocupadas majoritariamente pela militância de esquerda; e esse perfil ideológico acentuou-se em 2014 e 2015. Já Camila Rocha (2019) destaca que junho de 2013 é o ponto de inflexão na

organização dos movimentos liberais no Brasil. A autora registra que militantes liberais já se organizavam em fóruns virtuais e *think tanks* desde meados dos anos 2000. Porém,

*foi apenas a partir de mudanças ocorridas na estrutura de oportunidades políticas, relacionadas à emergência das revoltas de junho de 2013 e à reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que os membros do contrapúblico ultraliberal<sup>6</sup> puderam ter sucesso em alcançar um público mais amplo e vir a dirigir os primeiros protestos pró-impeachment ainda em 2014 (ROCHA, 2019, p.157).*

As manifestações pelo *impeachment*, que começaram antes mesmo da posse de Dilma Rousseff, ganharam sua, por assim dizer, “forma acabada” em 15 de março de 2015. “Nas manifestações em todo o Brasil, lia-se nos cartazes: ‘a nossa bandeira jamais será vermelha’; ‘chega de doutrinação marxista’; ‘basta de Paulo Freire’; ‘O Brasil não será Cuba’; ‘o PT é o câncer do Brasil’” (Pinto, 2019, p.48). Daí em diante, representantes de grupos de direita ultraliberal, que começava a sair das redes para as ruas, convocaram uma série de manifestações, imprimindo uma dinâmica de medição de forças – quem mobiliza mais?

Ao longo desse processo, a esquerda ficou dividida. Alguns setores da esquerda ficaram entusiasmados com as manifestações de 2013, vendo nelas uma oportunidade de construir

“uma mobilização de massa com pauta radical, que desafiasse a moderação petista”, enquanto “os movimentos populares sob influência petista se viram na obrigação de blindar o governo e, com isso, perderam a oportunidade de dialogar com os manifestantes” (MIGUEL, 2019, p. 157).

Já alguns autores como Freixo (2016) e Miguel (2019) argumentam ainda que o PT vinha, desde 2003, apostando na desmobilização, o que teria impedido uma resposta organizada de setores populares da esquerda nas ruas. Esse movimento possuiria dois vetores. Por um lado, os governos petistas teriam levado para assumir cargos no governo lideranças de movimentos sociais e sindicatos. Por outro, o partido possuía muita influência sobre os quadros que continuavam nas direções desses organismos.

### Os protestos e as instituições

Entre junho de 2013 e abril de 2016, as mobilizações de rua interagiram dialética e intensamente com as três frentes institucionais anteriormente analisadas. A explosão das manifestações de junho de 2013 é algo intrigante. Hochstetler (2007) elenca as principais razões que geram as contestações de presidentes: i) políticas econômicas neoliberais; ii) corrupção e outros escândalos; e iii) presidentes com minoria no Congresso. A situação política no Brasil até maio de 2013 não pode ser enquadrada em nenhum

cenários.

Rocha (2019, p.157) observa que aquelas manifestações “irromperam em meio a um cenário de estabilidade econômica e política”. Por outro lado, Singer (2018) argumenta que havia razões latentes para a insatisfação, especialmente entre a classe média. De qualquer forma, não é aceitável que tenha sido algo espontâneo. Segundo o referido autor: “havia de repente 75 mil pessoas em passeata em São Paulo, e surgiram, do nada, manifestações em todas as maiores capitais, sem que se soubesse muito bem por quê” (SINGER, 2018, p.104).

A partir de 2013, começaram a ganhar força na sociedade brasileira manifestações que defendiam pautas liberais e que se expressavam de forma violenta. Esse processo tem como um de seus marcos a hostilização dos militantes de esquerda nas manifestações daquele inverno, e foi ganhando cada vez mais força até culminar com a eleição do Parlamento mais conservador desde 1964 (VALOR, 2015) até então. Ainda que durante os atos *pró-impeachment* membros dos partidos tradicionais da direita e centro-direita tenham sido desautorizados a se proclamar porta-vozes do movimento, como no caso da hostilização a Aécio Neves e Geraldo Alckmin em um dos atos, fato é que aquelas mobilizações deram suporte popular à operação dos parlamentares que faziam oposição ao governo de Dilma Rousseff.

A questão da corrupção liga as

manifestações de rua à mídia e à frente jurídica. Pinto (2019) descreve a construção da equivalência entre a “luta contra a corrupção” e a “luta contra o PT”. Como a corrupção não é categoria para definição de orientação político-ideológica, a veiculação sistemática de casos desse tipo em governos de esquerda permitiu consolidar no imaginário popular que a luta contra tal crime é exclusividade da centro-direita e da direita. Algo semelhante ocorreu em outros países onde presidentes e partidos de esquerda que então estavam no poder foram muitas vezes relacionados a escândalos de corrupção. Assim, construíram-se duas cadeias de equivalência antipódicas: esquerda, Estado forte e corrupção vs. luta contra a corrupção, Estado mínimo e direita. Essa construção teve início nas manifestações de junho de 2013, embora de forma pouco articulada. A partir de março de 2014, a OIJ forneceu-lhe mais densidade. Nas manifestações de 15 de março de 2015, o processo chegou ao ápice:

*Esse foi um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um significativo flutuante<sup>7</sup> poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma (PINTO, 2019, p. 49). Significantes flutuantes são aqueles que não possuem conotação ideológica a*

*priori, estando assim acima das ideologias, o que permite sua apropriação por qualquer campo político-ideológico (Pinto, 2019).*

Além disso, a mídia funcionava como elo entre a OIJ e as manifestações. Muitos vazamentos ou operações foram realizados às vésperas de algum ato organizado por organizações assumidamente de direita e contrárias ao Partido dos Trabalhadores, como também em dias-chave para a política brasileira, como por exemplo ao longo do processo eleitoral. A edição da revista *Veja* que foi às bancas na véspera do segundo turno das eleições de 2014 tinha na capa o ex-presidente Lula e a presidenta e candidata Dilma Rousseff com a frase “Eles sabiam de tudo”, em letras vermelhas – cor identificada com o PT e a esquerda em geral. A matéria dizia ter tido acesso a um depoimento do doleiro Alberto Youssef – pivô da Lava Jato – à Polícia Federal, que deveria ter preservado o sigilo do documento.

No dia 4 de março de 2016, o então juiz Moro, a pedido do Ministério Público, ordenou a condução coercitiva do ex-presidente Lula. Além de ilegal, foi uma operação espetacularizada (JUSTIFICANDO, 2016a). Ao longo daquele dia, todas as televisões ficaram repetindo as imagens das dezenas de viaturas e de agentes da PF armados de fuzil no entorno da casa do ex-presidente. Como era uma sexta-feira, as imagens repercutiram por todo o fim de semana e pela semana subsequente.

No dia 13 de março, houve a maior manifestação *pró-impeachment*, com mais de três milhões de manifestantes distribuídos por todo o Brasil.

Contudo, talvez o aspecto mais relevante da relação entre a mídia e as manifestações situe-se na cobertura dos protestos de junho de 2013. Entre os dias 6 e 13, os atos vinham sendo tratados de forma pejorativa, associados a termos como “vandalismo”, “caos”, “medo”, “transtornos”, “prejuízo” etc. Os editoriais da *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* exigiam que as autoridades agissem de forma enérgica para restabelecer a ordem. E foram atendidos. Acontece que os mesmos veículos que clamaram por violência condenam-na quando, no dia 13 (quinta-feira), a polícia reprimiu de forma excessivamente desproporcional as manifestações. As imagens da violência policial passaram a circular pela mídia convencional e pelas redes sociais por todo o fim de semana e, no dia 17 (segunda-feira), duas mudanças ocorreram: as manifestações mudaram de escala e a mídia passou a considerá-las como expressão do vigor da democracia no Brasil (SINGER, 2018; FREIXO, 2016; SOUZA, 2016).

No dia 17, os manifestantes ocuparam a cobertura do Congresso Nacional e, no dia 20, auge das manifestações de 2013, invadiram e provocaram incêndio no Palácio do Itamaraty. São eventos simbólicos, porque, ainda que se possa falar de agências bancárias que tiveram suas vitrines quebradas, não houve nada

parecido contra símbolos do poder econômico. Ao contrário, manifestantes contrários ao governo Rousseff se reuniram principalmente à frente da sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que passara a ter uma relação de hostilidade *vis-à-vis* o Planalto no segundo semestre de 2015. Em meados de 2015, a conjuntura era amplamente desfavorável à presidenta. Sua popularidade estava em 13%, a taxa de desemprego subia e as previsões eram de retração do PIB. A tudo isso, somava-se a dificuldade de relação com o Legislativo. Em setembro, o governo apresentou uma proposta econômica com vistas a reverter a situação desfavorável. Porém, por tentar uma via que agradasse ao capital e ao trabalho, acabou conseguindo entrar em rota de também com setores tradicionais ligados à esquerda.

*De um lado, aceitava um bloqueio adicional de gastos da ordem de R\$ 30 bilhões de reais, mas propôs, ao mesmo tempo, a volta da CPMF, para evitar um corte excessivo nos programas sociais. O pacote apresentava dezesseis medidas de contenção, como diminuição do número de ministérios, adiamento de reajuste de servidores, redução do Minha Casa Minha Vida e do teto salarial para agentes públicos. Por outro lado, a CPMF colocaria parte do esforço fiscal sobre a classe média. O governo rodopiava e, em lugar de ganhar apoio, perdia dos dois lados, cavando um fosso em torno de si (SINGER, 2018, p. 218).*

## Conclusão

O processo de destituição de Dilma Rousseff, da maneira como ocorreu, significou um grave abalo para a democracia no Brasil. O fato de terem sido respeitados os ritos processuais do *impeachment* serviu para mitigar a resistência da opinião pública nacional e internacional em relação à cadeia de eventos ocorridos entre 2013 e 2016 no Brasil. Ao mesmo tempo, a utilização deturpada e casuística da legislação vigente com vistas a atingir objetivos políticos é uma das características dos neogolpes. Não à toa, nesse tipo de golpe de Estado os militares perdem o protagonismo, que passa a ser exercido por agentes de outras instituições, tais como o Parlamento, o sistema de justiça e a mídia. Não obstante, a execução do neogolpe se assenta sobre uma interação dialética entre as instituições políticas e as manifestações populares nas ruas.

Nesse sentido, diversos grupos de direita no Brasil aproveitaram as manifestações de junho de 2013 para assumir a ofensiva da disputa política, sendo bem-sucedidos em tal intento. Desse momento em diante, as ruas e as instituições – no Parlamento, no sistema de Justiça e na mídia – passaram a interagir de forma a se apoiarem mutuamente, construindo uma conjuntura que permitisse a derrubada da presidenta.

Com efeito, o modelo analítico do neogolpismo (centrado nas quedas recentes de mandatários ligados à

esquerda na América Latina) contribuiu sobremaneira para a compreensão dos eventos que culminaram na abreviação do mandato de Rousseff. Contudo, observa-se que os vetores que somaram força para a desestabilização e o *impeachment* continuaram operando mesmo após o sucesso do neogolpe de 2016, tanto para a permanência de Michel Temer no poder (2016-2018) como para a eleição de Jair Bolsonaro (2018). Portanto, entendemos que tanto a complexidade como o número de atores envolvidos ao longo do tempo indicam que o neogolpismo vem se aprimorando na região.



## Notas

3- Referência a um conflito armado, ocorrido em 15 de junho de 2012, entre camponeses sem-terra e um latifundiário e que resultou em 17 mortes (11 camponeses e seis policiais).

4- O movimento na direita e na centro-direita é muito mais intrincado. Com exceção do PSDB, que cresceu uma cadeira, as principais legendas tiveram suas bancadas reduzidas. Acontece que entre 2010 e 2014, surgiram novas siglas nesse campo ideológico, como PSD e SD. Além disso, esse campo possui enorme fragmentação, com partidos com bancadas inferiores a cinco parlamentares. Comparando apenas as bancadas dos partidos desse espectro ideológico que em 2011 e/ou em 2015 possuíam mais de 10 parlamentares (PMDB, PSDB, PP, DEM, PR, PTB, PSC, PV, PPS, PRB, PSD, SD e PROS), a bancada de direita e centro-direita teve um acréscimo de 20 cadeiras.

5- A partir de junho de 2019, o site *The Intercept Brasil* passou a promover, isoladamente e em parceria com outros veículos, uma série de reportagens da chamada *Vaza Jato*, em alusão à Operação Lava Jato. A *Vaza Jato* denunciou não apenas a relação irregular que o então juiz Sérgio Moro mantinha com os membros do MPF responsáveis pela Lava Jato, mas também como a operação possuía caráter político, servindo para mobilizar parte da opinião pública a favor dos

interesses políticos dos integrantes da força-tarefa e do atual ministro da Justiça e Segurança Pública.

6- “Um contra público seria imbuído de uma consciência a respeito de seu *status* subordinado frente a um horizonte cultural. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidade, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco” de serem hostilizados caso se expressassem sem ressalvas (Rocha, 2019:132-133). Já ultraliberal é uma pessoa ou instituição que defende a primazia da lógica de mercado de forma mais radical e explícita que os neoliberais (Rocha, 2019).

7- Significantes flutuantes são aqueles que não possuem conotação ideológica *a priori*, estando assim acima das ideologias, o que permite sua apropriação por qualquer campo político-ideológico (Pinto, 2019).

## Referências bibliográficas

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editada Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpr., 2010.

BIANCHI, Álvaro. Golpe de Estado: o conceito e sua história. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (Orgs.). Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

CASARA, Rubens R.R. Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, André Luiz. Contribuições recentes sobre o estudo da instabilidade política e presidencial na América Latina. Um novo modelo de destituição de mandatários ou a releitura de velhas práticas? Reflexões sobre a instabilidade presidencial contemporânea na América Latina. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 113, p. 11-50, 2017.

COELHO, André Luiz; MONTEIRO, Leonardo Valente. O retorno da direita na América Latina: estratégias institucionais e neogolpismo. Congresso Latino-americano de Ciência Política, 9ª, Montevidéu, 2017.

COELHO, André Luiz. SANTOS, Vinícius. O primeiro ano da Política Externa de Temer e a desconstrução das últimas

décadas. Escuta – Revista de Política e Cultura. 2017. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2017/04/10/o-primeiro-ano-da-politica-externa-de-temer-e-a-desconstrucao-das-ultimas-decadas/#more-3510>. Acesso em: 29.jan.2020.

FREIXO, Adriano de. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). In: FREIXO, Adriano de. Manifestações no Brasil: as ruas em disputa. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

GENRO, Luciana. Sobre defender (ou não) a Lava Jato. 22.abr.2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/04/22/sobre-defender-ou-nao-lava-jato/>. Acesso em: 30.jan.2020.

GLOBO. 'O combate à corrupção tem que continuar, doa a quem doer', defende Chico Alencar. 27.set.2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-combate-corrupcao-tem-que-continuar-doa-quem-doer-defende-chico-alencar-23105558>. Acesso em: 30.jan.2020.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. Lua Nova, São Paulo, n 72, pp. 9-46, 2007.

JUSTIFICANDO. Para juristas, condução de Lula foi ilegal e espetacularizada. 04.mar.2016a. Disponível em:

<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/312331335/para-juristas-conducao-de-lula-foi-ilegal-e-espetacularizada>.

Acesso: 15.jan.2020.

JUSTIFICANDO. “Lawfare representa o uso indevido dos recursos jurídicos para fins de perseguição política”. 17.nov.2016b. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/11/17/lawfare-representa-o-uso-indevido-dos-recursos-juridicos-para-fins-de-perseguiçao-politica/>. Acesso: 10.jan.2020.

LIGUORI, Guido. VOZA, Paquale. Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Pedro Luiz. CHALOUB, Jorge. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. Revista de Ciências Sociais (UFC). Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, 2018.

LIMA, Venício. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. Revista de Ciências Sociais (UFC). Fortaleza, v.49, n.

1, p.98-133, 2018.

MENDES, Mateus; LIMA, Daniel Máximo Góes de; FERNANDES, Pedro de Araújo. Lava Jato, neogolpismo e crise de hegemonia: a função geopolítica da “luta contra a corrupção”. II Jornada Discente do PPGCP – UniRio. 2019 Lava Jato, neogolpismo e crise de hegemonia: a função geopolítica da “luta contra a corrupção”

MIGUEL, Luis Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

PERISSINOTO, Renato (2016). “Por que golpe?”. Manuscrito. Disponível em: [https://www.academia.edu/29221192/Por\\_que\\_golpe](https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe) . Acesso: 10.jan.2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: ROCHA, Camila e SOLANO, Esther (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos

*pró-impeachment* de Dilma Rousseff. In: ROCHA, Camila e SOLANO, Esther (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STOKES, Susan. Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 60-101.

TV247. Wadih Damous: sistema de Justiça do Brasil tornou-se partido político. 27.out.2019.

UOL. Gaúchos formam metade da bancada da bala no Congresso. 25.abr.2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/25/gauchos-formam-metade-da-bancada-da-bala-no-congresso-conheca-os-parlamentares.htm>. Acesso em: 29.jan.2020.

VALOR. Nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964. 05.jan.2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/nova-composicao-do-congresso-e-a-mais-conservadora-desde-1964.ghtml>. Acesso: 11.jan.2010.

## Resumo

Este trabalho analisa a aplicação do modelo teórico conhecido como neogolpismo para explicar a destituição da presidenta Dilma Rousseff (2016). O artigo foi dividido em três seções. Na primeira, apresentamos os conceitos de golpe de Estado e neogolpismo considerando os eventos ocorridos na América Latina nas últimas décadas. Nas seções seguintes, distinguimos as duas principais variáveis do neogolpismo no caso brasileiro: a dimensão institucional e a dos protestos populares. Concluímos que o modus operandi do neogolpismo foi aprimorado no Brasil, sendo sua principal característica a lentidão do processo de destituição de Dilma Rousseff, cujas raízes remetem aos protestos de junho de 2013.

**Palavras-chave:** neogolpismo; Dilma Rousseff; Brasil, América Latina; protestos populares.

## Abstract

This paper analyzes the application of the theoretical model known as neo-golpism to explain the dismissal of President Dilma Rousseff (2016). The article was divided into three sections. In the first, we present the concepts of coup d'état and neo-golpism considering the events that have occurred in Latin America in recent decades. In the following sections, we distinguish the two main variables of neo-Golpism in the Brazilian case: the institutional dimension and that of popular protests. We conclude that the modus operandi of neogolpism has been improved in Brazil, its main characteristic being the slow process of removing Dilma Rousseff, whose roots go back to the protests of June 2013.

**Keywords:** neo-golpism; Dilma Rousseff; Brazil, Latin America; popular protests.